

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2026, às **08h e 42m** reuniram-se, ordinariamente, na sede do IPREV Mariana, os seguintes membros do Conselho Fiscal: Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira, Ana Cristina do Valle Domingos, André Fernandes da Costa Milanez, Elaine de Souza Nascimento e Irma Cassiano dos Santos.

**Justificativa de ausência:** Hallysson Mendes e Souza Pinto.

**Também participaram da reunião:** A Diretora presidente Elizangela Sara Lana, o Controlador Interno Diego da Silva Carioca e o Analista de Investimentos Ricardo Geraldo Anselmo.

A reunião tinha como pauta os seguintes pontos:

#### Pautas do Conselho fiscal:

- **Análise do Relatório do Controle Interno;**
- **Prazo para o IPREV entregar as Prestações de Contas Anual para análise e aprovação do Conselho;**
- **Aprovação da Prestação de Contas Quadrimestral;**
- **Feedback do evento em Foz do Iguaçu;**
- **Aprovação do Plano de Trabalho;**
- **Análise do Relatório de Investimentos.**

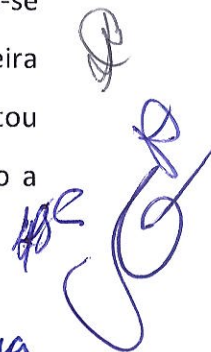
A conselheira Adriana cumprimentou todos os presentes, informando que a reunião está sendo realizada hoje (última quinta-feira do mês) em caráter excepcional, em razão participação de alguns membros do Conselho Fiscal e da Diretoria IPREV no evento “RPPS 2026: O que fazer?”, em Foz do Iguaçu/PR. Acrescentou que as reuniões continuaram a ser realizadas na última quarta-feira de cada mês e que Hallysson justificou a ausência, pedindo-a para conduzir a reunião de hoje. Adriana passou-se para a primeira pauta: **1 – Análise do Relatório do Controle Interno.** A Conselheira Ana comentou sobre o caso do Processo nº 11.144/2025 (pág. 4) e Adriana perguntou se o valor pago pela servidora interessada desse processo levou em consideração a



garcia



Adriana



correção monetária. Diego explicou brevemente o caso, informando que a servidora tinha tirado uma licença de aproximadamente 09 (nove) meses em 2009/2010 sem, contudo, pagar a contribuição previdenciária desse período. A fim de se aposentar mais cedo, a servidora optou pelo pagamento previdenciário (relativo tanto à parte do servidor quanto à patronal) desse período. Diego acrescentou que o valor definido foi corrigido e realizado com base na Lei do Instituto, bem como no Código Tributário do Município. Adriana perguntou sobre o valor do montante e Diego disse a servidora pagou cerca de R\$ 10.800, 00 (dez mil e oitocentos reais) para conseguir se aposentar antes da data prevista caso não pagasse pelo tempo licenciada. Adriana perguntou se alguém tem mais alguma dúvida e Ana pediu que o caso da quase substituição do conselheiro indicado pelo Legislativo fosse comentado. Elizangela explicou que a servidora Leandra solicitou ao presidente da Câmara a substituição da conselheira Edilene no Conselho Municipal de Previdência. Disse que após ver a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Município (Portaria da Câmara Municipal nº 08/2026), entrou em contato com a Supervisora do Legislativo pedindo a cópia do protocolo do pedido de substituição da conselheira Edilene e que a mesma disse não estar ciente dessa situação. Após entrar em contato com o Procurador da Câmara, Elizangela disse que foi informada que não houve formalização sobre a substituição da conselheira que estava com o mandato vigente e que o pedido de substituição foi apenas verbal. O Procurador da Câmara informou que o ato não partiu da Procuradoria e que a nomeação estava cheia de vícios, o que culminou na anulação da Portaria nº 08/2026, tornando o ato sem efeito no mesmo dia (29/01/2026) da publicação. Elizangela esclareceu que nenhuma substituição de Conselheiro pode ser feita apenas por pedido verbal e que deve ser seguido o rito, ainda mais levando-se em consideração que a conselheira tem uma suplente. Ana perguntou se o assunto foi conversado com a servidora e Elizangela confirmou, dizendo que a mesma tinha dito entender que, no caso de conselheiros indicados pelos Poderes Legislativo e Executivo, a substituição ocorria de forma diferente. Elizangela disse também que Leandra foi convocada na reunião do Conselho Municipal de Previdência para falar sobre o assunto e que uma das justificativas usadas no ato de substituição era o fato de Edilene fazer parte também do Comitê de Investimentos, fato que não tem

Diego

Adriana

impedimento legal. Adriana comentou que o Código de Ética deve ser trabalhado com os servidores para não abrir precedente, evitando, assim, interferências políticas no Instituto, principalmente em proximidade do período eleitoral para os cargos de Diretoria e Controle Interno. Acrescentou a necessidade do respeito à hierarquia e da observância dos trâmites. Ana comentou que Leandra foi gestora numa época em que os cargos eram indicados e o Instituto não existia, mas agora a situação é diferente e os procedimentos e a hierarquia precisam e devem ser respeitados. Elizangela disse que a servidora chegou a se candidatar para a vaga de suplente (em substituição ao ex-conselheiro Elói), mas que o Parecer da Procuradoria do Município – solicitado em resposta a um questionamento de um dos membros da Comissão Eleitoral – evidenciou a incompatibilidade de funções, uma vez que a servidora é contadora do IPREV Mariana e seu trabalho é acompanhado e também fiscalizado pelo Conselho. Adriana perguntou sobre a mudança das funções gratificadas, comentando do questionamento que a mesma fez em outubro/2025, se o recebimento era referente à execução de tarefas para além das atribuições do cargo público. Elizangela disse que também discutiu o assunto em uma reunião com o Conselho Municipal de Previdência tendo em vista que conversou com o Sr. Calazans, que é Especialista Previdenciário o qual disse entender que o recebimento de gratificação por RT (responsabilidade técnica) era mais adequado do que o recebimento de função de confiança. Acrescentou que a retirada da função da Advogada Autárquica foi realizada apenas após a mesma retornar do período de férias, em razão da recomendação do RH do IPREV Mariana e do recebimento do adiantamento de 1/3 de férias pela servidora antes da decisão de redistribuir a função. E da Contadora também, apesar das duas estarem cientes desde o final do ano que não mais receberiam a gratificação. Elizangela disse que as gratificações foram repassadas aos servidores Renato e Yasmim. Elizangela ressalta que a distribuição de funções de confiança é uma decisão da gestão e defende a criação de funções gratificadas para todos os servidores seria o mais justo. Ana perguntou sobre o relatório atuarial. Diego disse que os dados para a elaboração do documento já foram enviados e que no dia 26/01/2026 entrou em contato com a empresa FAC para saber da situação. Disse que no dia 19/02/2026 entrou em contato novamente e a consultoria informou que enviaria o relatório até

garcia

R  
Mariana

semana que vem. Acrescentou que a empresa estava no prazo, pois o relatório pode ser enviado ao Ministério da Previdência até o final de março de 2026. Adriana perguntou sobre o envio da projeção atuarial e Diego disse que a projeção já foi realizada e repassada para a Contabilidade. André perguntou sobre o repasse da contribuição da Prefeitura Municipal de Congonhas, presente no "Quadro 5 – Acompanhamento dos repasses de contribuições e compensação previdenciária". Diego explicou que o Município de Mariana tem uma servidora ocupante do cargo de enfermeira cedida para o município de Congonhas/MG e que, de acordo com a legislação e Termo de Cessão, o município em que a/o servidor está cedido/a é quem tem que repassar os valores das contribuições para o RPPS de onde o servidor está vinculado. André perguntou sobre o trabalho da *Comissão Especial de Análise e Acompanhamento da Implementação da Reforma Previdenciária*. Diego informou que a comissão tem se reunido para discutir os cenários e as projeções apresentados pela empresa. Diego/Elizangela disseram que o último encontro de membros da Comissão foi realizado com a empresa contratada (RTM) e equipe técnica do Executivo, sem a presença pessoal do Prefeito, mas com a participação dos Secretários Municipais: Marlon, Arlinda, Danilo (Controlador) e Alex, representante da Procuradoria. André perguntou se a reunião foi produtiva e Elizangela disse que a equipe técnica do executivo vai estudar sobre a viabilidade da reforma e os cenários apresentados. Diego acrescentou que a reforma pode ser feita ou não, mas o Plano de Amortização precisa ser atualizado, sob pena de suspensão do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária) que consequentemente afeta o recebimento de verbas federais pelo município. Disse que para adequar o plano, a alíquota suplementar deve ficar em 33,86% e que, caso a reforma seja feita, a alíquota cai para aproximadamente 23%. Sobre as capacitações, Diego disse que a contadora realizará uma capacitação ministrada pela professora Diana Vaz, expert em contabilidade de RPPS, a fim de assegurar o aprimoramento técnico, para que, os registros e procedimentos contábeis sejam efetuados em conformidade com a legislação vigente, especialmente com a IPC 14, aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e, posteriormente, pediu o suporte da conselheira Adriana junto à servidora Leandra (contadora). Adriana disse que é necessário separar as atribuições, afirmando que a Diretoria Administrativa

Diego

Adriana

e Financeira (e o Controle Interno na impossibilidade da primeira) é quem tem que oferecer orientação e suporte, sendo o papel dela enquanto fiscal o de apontar possíveis divergências. Acrescentou que a Diretoria Administrativa e Financeira tem que ter conhecimento em contabilidade para dar suporte à contadora e aos subordinados. Diego ressaltou que ninguém sabe tudo, e que o apoio é sempre bem-vindo. Adriana disse que entende, mas falou que a lei não dá abertura para que um contador possa se candidatar, sendo que essas áreas de trabalho são de papel do contador. Diego discordou de Adriana quanto ao papel do conselheiro, dando exemplo do TC (Tribunais de Contas) que agora está com o papel de orientação, não só de punição. Adriana disse que não se trata de punir, mas de respeitar as atribuições de cada um, reafirmando que a função dela é fiscalizar e apontar divergências identificadas. André disse que entende que os conselheiros são parceiros do Instituto, e que a posição de Adriana (de separar as áreas) alinhada à capacitação continuada vai de encontro ao cuidado com o Instituto. Passou-se para a próxima pauta. **2 – Prazo para o IPREV entregar a Prestação de Contas Anual para análise e aprovação do Conselho:** Adriana disse que a análise e a aprovação da Prestação de Contas Anual são atribuições do Conselho Fiscal. Reforçou que os conselheiros precisam de tempo para analisar a prestação e, após discussões, ficou deliberado que o IPREV terá o prazo de 15 (quinze) dias (ou seja, até 15 de março) para enviar as prestações de contas ao Conselho Fiscal. Diego disse também, que depende das informações/documentos da Contabilidade e de outros para elaborar o Relatório Anual de Prestação de Contas do Controle Interno e pediu o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de entrega das informações necessárias para poder elaborar o relatório. **3 – Aprovação da Prestação de Contas Quadrimestral:** Os membros presentes analisaram e aprovaram a Prestação de Contas Quadrimestral, que será realizada no dia 27/02/2026 às 14:00 na Câmara Municipal de Mariana. Passou-se para a próxima pauta. **4 – Feedback do evento em Foz do Iguaçu:** Adriana disse que ao todo foram 04 (quatro) conselheiros, além do Controlador Interno Diego, a Diretora Previdenciária Crislaine e a Diretora Presidente Elizangela. Disse que a estrutura do evento foi excelente, e que o evento contou com a participação de mais de 1.000 (mil) participantes de 22 (vinte e dois) estados diferentes. Em relação às palestras, falou sobre uma que dizia da necessidade

gratuito

Adriana

de auditoria para rever as aposentadorias por invalidez. Diego comentou que no IPREV já há um controle, que é a avaliação anual pelo perito dos aposentados por invalidez. Elizangela acrescentou que as perícias são realizadas em conjunto com os laudos médicos recentes. Adriana comentou brevemente sobre a Resolução CMN 5.272/25 que amplia as atribuições dos conselheiros. Disse que na palestra, foi falado como o Pró-Gestão – apesar da sua importância – não blinda os Institutos, mas mitiga os erros dos RPPS, sendo assim o Pro-Gestão e falou também da IA (inteligência artificial) e da importância de digitalização dos documentos, principalmente no cenário de chuva. Diego disse que essa questão já foi cobrada junto à Diretoria Administrativa Financeira e à Presidência e reforçou que a digitalização está presente no Plano de Ação. André complementou que há empresas que disponibilizam também mecanismos de buscas, o que facilita o resgate das informações. Diego também fez uma explanação sobre o evento na área de Pró Gestão, e que devemos ficar atento aos procedimentos e formalização dos processos. Elizangela complementou que a organização do evento foi perfeita e que o uso de IA demanda atenção e respeito à Lei de Proteção de Dados. Quanto ao arquivo, disse que as servidoras Marly e Yasmim já trabalharam um pouco na organização. Passou-se para a próxima pauta. **5 – Aprovação do Plano de Trabalho.** Por unanimidade, os membros presentes votaram pela aprovação do Plano de Trabalho em 26/02/2026. Passou-se para a última pauta. **6 – Análise do Relatório de Investimentos.** Às 11:03, Ricardo entrou. Adriana perguntou se o pessoal tinha alguma dúvida. Em seguida, ressaltou sobre o valor elevado de CUPOM (6 milhões), Ricardo falou que haverá vencimento de valor considerado em 2026 em Títulos Públicos Federal e também pagamento de cupom semestral nos dias 15 de maio, 01 de julho, 15 de agosto, 15 de novembro que terá bastante reinvestimento de recurso e o Analista e o Comitê de Investimentos já estão olhando onde serão aplicados os referidos recursos, disse ainda que este ano terá eleição que no período eleitoral o mercado fica com muita incerteza e volatilidade. Informou ainda que os pagamentos de cupom dos Títulos Públicos Federal realizados no dia 02/01/2026 no valor de R\$ 700.651,04 e 18/02/2026 no valor de R\$ 6.242.463,17 foram aplicados no fundo TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES CNPJ:26.559.284/0001-44. A conselheira Irma

Irma


Irma


manifestou desejo em participar da reunião do Comitê e Ricardo informou que é toda terceira terça feira do mês às 8h 30min. continuou a apresentação do relatório, dizendo que a carteira do instituto é bem conservadora com 98% aproximadamente em renda fixa que há ainda 0,67% em ações setoriais do Banco do Brasil, e 1,31% de um BDR na Caixa na carteira do Instituto. Sobre renda variável, destacou-se que o fundo BDR e o de ações no ano até o momento vem tendo uma rentabilidade negativa e que vem acompanhado de perto os mesmos junto com o Comitê destacou que são fundos que tem uma volatilidade alta e geralmente são fundos que entregam a médio e longo prazo. Disse que até o momento não houve perda patrimonial dos referidos fundos. Diego mencionou ressaltou que a renda fixa vem apresentando um bom desempenho e questionou se vale a pena manter recurso em renda variável. Ricardo reforçou a importância da diversificação e da de correlação dos ativos na carteira esclarecendo que há uma parcela muito pequena alocada em renda variável na carteira. Acrescentou que a meta atuarial foi atingida no referido mês e no ano de 2025. Adriana: manifestou preocupação apenas com BDR, mas disse estar tranquila com o papel desempenhado pelo Analista de Investimentos e Comitê de Investimentos. Ricardo ressaltou que, apesar de quase todo instituto de Previdência ter déficit atuarial, o IPREV Mariana vem tendo uma boa performance nos investimentos financeiro principalmente nos últimos 03 anos batendo meta atuarial na média e que o Patrimônio Líquido de 2020 até o presente momento dobrou mesmo com pandemia no meio do caminho. André tirou uma dúvida sobre o parecer de investimentos e informou ao analista que os membros precisam de um pouco mais de tempo para aprovar.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às **11h 27min** e eu, Yasmim Mendes de Andrade, redigi a presente ata que será assinada por todos.

Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira 

Ana Cristina do Valle Domingos 

André Fernandes da Costa Milanez 

Elaine de Souza Nascimento 



TO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA

Irma Cassiano dos Santos

Diego da Silva Carioca

Elizangela Sara Lana

Ricardo Geraldo Anselmo